



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 375/2022

Número de referência: CGE-PRC-2022/00285 - PROTOCOLO SIC N° [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Educação

UNIDADE: Diretoria de Ensino de São Carlos

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicita de cópia do caderno de acompanhamento da vida escolar do aluno, matriculado na Escola Municipal Vera Helena Trinta Pulcinelli, referente ao ano de 2019. Demanda adequadamente atendida. Provimento negado.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI N° 375/2022

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Diretoria de Ensino de São Carlos, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em referência.
2. Em resposta e em recurso, o órgão informou ao interessado que "*os funcionários da E.M. Professora Vera Helena Trinta Pulcinelli não são subordinados à Diretoria de Ensino e os documentos produzidos por tais funcionários devem ser solicitados à referida unidade escolar e em caso de recurso para o Departamento de Educação e Cultura de Ibaté e/ou Prefeitura Municipal de Ibaté*", oportunidade em que esclareceu acerca do recurso concluído em 2020, cuja documentação foi enviada à referida unidade escolar para arquivo.
3. Informou também que o documento solicitado pertence a aludida escola e que a Diretoria de Ensino não tem como providenciar documentos de órgãos municipais. Insatisfeito(a), a solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
4. Em análise do caso concreto, verifica-se que o órgão atendeu a demanda quando informou ao requerente não possuir a informação e indicou a instituição que a detém, conforme previsto no art. 11, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à informação - LAI).
5. Considerando que o órgão atendeu adequadamente ao pedido de informações formulado pela requerente, nos termos da legislação vigente, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego seu provimento**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterada pelo aludido Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 07 de dezembro de 2022.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202205514A